



A previsão do controle social pela participação nas políticas públicas: uma análise a partir dos documentos oficiais que tratam sobre a Educação Ambiental

Mateus Lopes da Silva¹
Vanessa Hernandez Caporlândia²

Resumo: Este artigo aborda a possibilidade do controle social por meio da participação nas políticas públicas socioambientais no Brasil e para tanto se examinam alguns documentos oficiais que tratam sobre a Educação Ambiental. Traz contribuição ao campo da Educação Ambiental porque se propõe a estabelecer relação entre controle social e Educação Ambiental a partir de documentos oficiais de âmbito nacional e internacional. Trata-se de pesquisa qualitativa, baseado por teoria de abordagem crítica, instrumentalizado por revisão bibliográfica e exame documental, que resultou na compreensão de que os documentos que tratam sobre a Educação Ambiental possibilitam o controle social por meio da participação nas políticas públicas socioambientais no Brasil e que os documentos oficiais que atribuem conteúdo à Educação Ambiental harmonizam-se com esta possibilidade.

Palavras Chave: Controle; Documentos; Educação.

A prediction of social control by participation in public policies: an analysis from official documents that deal with Environmental Education

Abstract: This article discusses the possibility of social control through participation in social and environmental public policies in Brazil and for this purpose we examine some official documents that deal with Environmental Education. It contributes to the field of Environmental Education because it proposes to establish a relationship between social control and Environmental Education from official documents of national and international scope. It is a qualitative research, based on a critical approach theory, instrumented by bibliographic review and documentary examination, which resulted in the understanding that the documents that deal with Environmental Education make possible the social control through the participation in social and environmental public

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito Processual Civil - Habilitação para Magistério Superior. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul. Doutorando em Educação Ambiental. E-mail: srmateus@bol.com.br

² Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - Furg (1991), mestrado e doutorado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - Furg (2001 e 2010). E-mail: vanessac@vetorial.net

policies in Brazil And that the official documents that attribute content to Environmental Education harmonize with this possibility.

Keywords: Control; Documents; Education.

La previsión del control social por la participación en las políticas públicas: un análisis a partir de los documentos oficiales que tratan sobre la Educación Ambiental

Resumen: Este artículo aborda la posibilidad del control social a través de la participación en las políticas públicas socioambientales en Brasil y para tanto se examinan algunos documentos oficiales que tratan sobre la Educación Ambiental. Trae contribución al campo de la Educación Ambiental porque se propone a establecer relación entre control social y Educación Ambiental a partir de documentos oficiales de ámbito nacional e internacional. Se trata de una investigación cualitativa, esteado por teoría de enfoque crítico, instrumentalizado por revisión bibliográfica y examen documental, que resultó en la comprensión de que los documentos que tratan sobre la Educación Ambiental posibilitan el control social por medio de la participación en las políticas públicas socioambientales en Brasil Y que los documentos oficiales que atribuyen contenido a la Educación Ambiental se armonizan con esta posibilidad.

Palabras clave: Control; Documentos; Educación.

Introdução

A possibilidade de controle social por meio da participação popular durante a formação do Estado brasileiro passou por diversas fases, sendo que na primeira república (1889/1930) a participação popular resumia-se ao exercício do voto em eleições fortemente marcadas pela corrupção. De 1930 até 1964 os cidadãos brasileiros que protestavam por espaços de participação eram rotulados de baderneiros e criminalizados pelo Estado. Durante o período militar (1964 até 1988) ocorreu a repressão mais contundente. Ao contrário do que o senso comum possa acreditar, durante esse período histórico, o espaço político e o próprio Estado, não foram abertos à participação do povo, sendo que, no Brasil, apenas a partir da década de 80 é que o ordenamento jurídico brasileiro passou a reconhecer a possibilidade de maior participação da sociedade civil promovendo o controle social sobre o Estado e não somente o inverso como vinha acontecendo até este momento. Diante deste quadro questiona-se: é possível a ocorrência de controle social das políticas públicas socioambientais por meio da participação no Brasil?

Assim, este artigo pretende apresentar a possibilidade do controle social por meio da participação nas políticas públicas socioambientais no Brasil, bem como analisar o conteúdo de alguns documentos oficiais elaborados a partir de eventos de Educação Ambiental para compreender se o conteúdo dos documentos examinados possibilitam a

participação e o controle social para a preservação e defesa do meio ambiente. Justifica-se porque traz essas categorias (controle social e participação) ao campo da Educação Ambiental. Trata-se de pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de coleta de documentos públicos, com posterior análise de conteúdo e revisão bibliográfica.

Inicialmente é abordada a possibilidade legal e constitucional da ocorrência de controle social das políticas públicas ambientais no Brasil por meio da participação ativa do cidadão na defesa do meio ambiente, com isso se permite uma nova possibilidade menos excludente de gestão da coisa pública. Num segundo momento examina-se o conteúdo de alguns dos principais documentos internacionais e nacionais relacionados à Educação Ambiental com intuito de verificar a possibilidade de controle social por meio da participação. Por fim relaciona o controle social com a Educação Ambiental a partir do conteúdo dos documentos oficiais analisados.

O controle social por meio da participação nas políticas públicas socioambientais no Brasil

A gradativa redemocratização havida na década de 80 no Brasil permitiu que as forças políticas brasileiras iniciassem um debate acerca das possibilidades constitucionais de maior participação popular para controle social das ações do Estado brasileiro especialmente no tocante às políticas públicas ambientais. No que se refere às políticas públicas nacionais ambientais, a Lei 6938 de 31 de agosto de 1981 no seu artigo 2º, inciso X, revela que a própria lei já objetivava capacitar a população em todos os níveis de ensino, inclusive nas comunidades, para a participação ativa na defesa do meio ambiente, indicando que a Educação Ambiental teria uma tarefa a cumprir:

Art 2º - A política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:
X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

O reconhecimento em lei e, portanto público e formal da possibilidade de controle social da questão ambiental nacional, pela participação ativa da pessoa, rompeu com o modelo de submissão e clientelismo político vigente até este momento, que negava a possibilidade de participação do cidadão; caracterizando-se como um processo inovador de

condução do Estado. Disso, fica nítido que o sentido da lei foi favorecer o surgimento de uma nova cultura política no país, fundada na participação democrática para concretização das políticas públicas ambientais. As garantias e os direitos expressos na Constituição Federal de 1988, nessa mesma linha conduziram o intérprete a perceber que a participação social foi deixando de ser questão de polícia ou privilégio de poucos para se tornar um direito subjetivo do cidadão e um dever do Estado brasileiro.

Nota-se que até a promulgação da Carta Magna de 1988 a participação social nos assuntos do Estado estava formalmente assegurada apenas a uma pequena parte da sociedade e a questão da participação social, hoje chancelada pela Constituição Federal, se deve a um processo histórico permeado por contradições, conflitos, lutas e também de conquistas.

Ao examinar o texto constitucional vigente no seu Título I, quando trata dos princípios fundamentais, percebe-se a existência de comando expresso no parágrafo único do artigo 1º assegurando o exercício direto do poder do Estado pelo povo, bem como, mais adiante, quando trata no capítulo IV dos Direitos Políticos; observa-se a presença de inúmeras formas e instrumentos para a ocorrência de controle social do Estado por meio da participação do povo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular (BRASIL, 1988).

A partir deste marco constitucional, o Estado Democrático anunciado no preâmbulo da Constituição Federal e instituído pela novel Carta Magna vai se concretizando no plano normativo brasileiro, abrindo a oportunidade política para que a sociedade possa controlar as tarefas do Estado pela participação de forma ativa e incontestável como verdadeiro protagonista. Esta oportunidade permite que qualquer um do povo possa ser, ao menos em termos formais, o construtor e concretizador das políticas públicas de forma geral, ou seja, que possa auxiliar o Estado na execução de suas tarefas constitucionais. Aderente à proposta democrática, que implica na anuência estatal para ocorrência do controle social pela participação, ao tratar do Meio Ambiente no capítulo VI,

a Constituição Federal declarou a existência de um Direito fundamental ao meio ambiente e impôs, pois não facultou, a obrigação constitucional da coletividade ao lado do Estado, em igualdade, de defenderem e preservarem o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, veja-se: “Artigo. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Em verdade o *caput* deste artigo e todo o texto constitucional pretendeu organizar o Estado de modo a fortalecer e ampliar os espaços para a participação social no exercício do poder.

Esta democratização do Estado brasileiro pretendeu descentralizar os espaços onde ocorrem as decisões públicas (políticas e jurídicas), para com isso extrapolar a forma solipsista de gestão da coisa pública e poder introduzir nos processos decisórios sujeitos antes excluídos destes espaços. Esta forma de participação é direta e não fica resumida a vetusta democracia representativa, onde o cidadão apenas pode exercer seu direito de voto para escolher representantes para cuidar dos seus interesses. Como dito acima, o ideal preconizado pela Constituição cidadã é de que a pessoa participe ativamente no exercício do poder estatal colaborando e controlando como protagonista e não mais como mero coadjuvante. Esta nova perspectiva de participação constitui um desafio para o país, sobretudo para os pobres, haja vista que desde o ‘descobrimento’ do Brasil destes foi exigida, em maior medida, uma conduta submissa e subordinada; onde os trabalhadores não tinham direito a manifestar suas vontades, nem de exercer pretensões ou contribuir politicamente na condução do Estado. A ideia de controle social da sociedade civil sobre o Estado surge no Brasil com a redemocratização, haja vista que até este momento existia controle apenas do Estado sobre a sociedade, aproveitando da cultura de subalternidade do brasileiro.

O controle social pela sociedade civil pode trazer em si a possibilidade de mudança social, haja vista que pessoas individuais ou coletivas podem atuar no campo político com outras pessoas individuais ou coletivas para ver seus interesses atendidos pelo Estado, sobretudo em nível local (municipal). Lutam neste campo político classes dominantes economicamente e classes subalternas, sendo que as primeiras, em razão do poder econômico, levam vantagem na disputa política e por isso esta luta é, na maioria das vezes, desigual. Por vezes, em razão da correlação de forças do momento, esta disputa se equilibra, momento em que as classes subalternas conseguem obter algum êxito tendo algum dos seus interesses atendidos pelo Estado.

Após a Constituição de 1988 foi possível o controle social ser realizado também pelo povo e não somente pelo Estado. A sociedade civil pôde atuar concretamente fazendo o controle social pela participação esteada pela Carta Magna e pelo ordenamento jurídico e não mais como uma ação ilegal ou como ato tolerado pelo governo (zona gris). Por isso os governos comprometidos com a democracia devem estimular a transparência, o controle social, instrumentalizar, promover, valorizar a participação social e promover a Educação Ambiental também para estes fins.

Neste passo, participar nos assuntos do Estado pode ser compreendido como um direito-dever do cidadão, para colaborar na fiscalização, monitoramento, controle, também contestar e principalmente influenciar nas ações e decisões do Estado. Com esta participação se pode inibir a corrupção, haja vista que as instituições de controle estatal parecem não conseguir cuidar de todo o Estado em razão do seu tamanho. Assim, homens, mulheres, jovens e adultos são pessoas legítimas para participar sozinhos ou reunidos em associações ou formando outras pessoas coletivas.

O controle social pela participação da sociedade nos assuntos do Estado não está livre de problemas, porque não raro os espaços destinados à participação republicana são preenchidos por pessoas reduzidas a objetos de manobra, moedas de troca, tornando-se representantes dos interesses da classe dominante economicamente e não dos seus interesses ou dos interesses da República. Este tipo de ação é resquício do velho modelo e tende a favorecer a perpetuação do estado das coisas porque mantém os espaços de participação cidadã permeados pelos interesses de apenas uma classe. Note-se que a participação desejada para a saúde da República não é deste tipo, mas uma participação social orientada para a concretização dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988, marcada pela igualdade de direitos, liberdade material de expressão e pluralismo. Em verdade o controle social adequado à Constituição é aquele capaz de contribuir para a democracia, para o republicanismo e capaz de fortalecer a participação cidadã:

Controle social não é sinônimo de democracia, embora contribua para seu alcance. Em regimes autoritários e também em regimes democráticos, embora com menos evidência, o controle social desenvolveu-se enquanto mecanismo de coerção do Estado sobre a sociedade civil. Se a democracia corresponde ao governo do povo, soberania popular, democratismo; o controle social numa perspectiva democrática aconteceria mediante a participação efetiva do povo nos espaços de decisão sobre a coisa pública, ou seja, sobre questões que dizem respeito aos interesses de todas as pessoas. Nessa perspectiva, a democracia é concebida enquanto processo de construção de um novo projeto hegemônico das classes subalternas, capaz de incidir em mudanças

sociais necessárias à construção de um novo projeto societário. Considerando que essa participação não se dá de forma automática, o controle social é processo em construção, orientado por um projeto de sociedade, que envolve sujeitos individuais e coletivos e materializa-se através da participação e compartilhamento de poder nos processos decisórios (MACHADO, 2012).

Ao se perquirir sobre a gênese do controle social no Brasil percebe-se que ele é uma conquista decorrente de lutas sociais das classes mais pobres em face das elites dominantes que controlavam um Estado autoritário. Assim, a conquista da possibilidade jurídica do controle social do Estado pela sociedade, contemplado na Constituição Federal vigente, é uma conquista decorrente de árduos conflitos e de muita resistência. De um lado existem aqueles que querem manter a ordem social vigente e de outro aqueles (os excluídos) sedentos por políticas socioambientais que contemplem seus interesses e melhorem suas vidas, por meio da prestação de serviços básicos (saúde, educação e segurança) e oferta de infraestrutura (transporte, saneamento, moradia, meio ambiente e lazer). Neste passo, o controle social pela participação parece ser fundamental para conquista, formulação, deliberação, acompanhamento da execução e fiscalização de políticas públicas socioambientais para as classes mais pobres. Isso decorre do fato de que a sociedade brasileira é desigual e plural e, por isso, contém em sua composição múltiplos interesses que muitas vezes são antagônicos, sendo que historicamente têm prevalecido os interesses daqueles socialmente em melhores condições.

Ao se afirmar que o controle social das políticas públicas socioambientais pela participação é um direito legal e constitucional, reconhecendo-se que sua ocorrência é uma nova possibilidade de gestão da coisa pública no Brasil, cabe examinar alguns documentos nacionais e internacionais sobre Educação Ambiental para verificar se o controle social por meio da participação é uma categoria presente nos mesmos.

Alguns documentos oficiais produzidos em eventos nacionais e internacionais de Educação Ambiental

Para atender aos objetivos deste trabalho é mister examinar alguns dos principais documentos internacionais e nacionais relacionados à Educação Ambiental no que se refere à informação, participação e controle social, a saber: Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental produzido em Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global produzido pelo Fórum Global das Organizações

Não Governamentais, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em junho de 1992; Declaração da II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia, de 8 a 12 de dezembro de 1997; Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispôs sobre Educação Ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil; Decreto nº. 4.281 de 25 de junho de 2002 que regulamentou a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 e Resolução nº.2, de 15 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorrida em Tbilisi, Geórgia, antiga União Soviética foi organizada por uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – PNUMA; pois já se reconhecia que os seres humanos, utilizando-se de seu poder de transformação do ambiente, decorrente do desenvolvimento da técnica e da ciência, tinha afetado negativamente o equilíbrio da natureza, expondo ao perigo de extinção muitas espécies que habitam este Planeta. A declaração de Tbilisi considerou o que foi proclamado na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizado em 1972 em Estocolmo, especialmente que deve ser objetivo da humanidade a defesa e melhoria do ambiente para as presentes e futuras gerações e, para que isso ocorra, foi atribuído aos educadores a tarefa de formar consciências sensíveis aos problemas ambientais para formar comportamentos adequados ao equilíbrio ambiental.

A Educação Ambiental anunciada neste documento visou atingir pessoas de todas as idades, em todos os níveis e âmbitos, através da produção de educação formal e não-formal; mediando a compreensão das causas dos problemas do mundo contemporâneo para que o indivíduo e a coletividade possam se desenvolver com proteção ambiental, reconhecendo que os atos do presente afetam o futuro. Este documento também reconheceu a importância dos indivíduos na resolução de problemas ambientais de sua comunidade:

A educação ambiental deve ser orientada para a comunidade. Deverá envolver o indivíduo num processo ativo de resolução de problemas que permita resolvê-los no contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o sentido da responsabilidade e o empenho de construir um futuro melhor. Por sua própria natureza, a educação ambiental pode contribuir significativamente para a renovação do processo educativo (BRASIL, 1977).

A Conferência, por meio do documento, dirigiu um apelo aos Estados membros da Organização das Nações Unidas - ONU para que os mesmos incorporassem a Educação Ambiental nos seus sistemas de ensino e promovessem a conscientização pública. Sensível a este apelo em 1981 o Brasil, ao instituir a Política Nacional do Meio Ambiente, reconheceu como princípio a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981). Este fato acabou por influenciar, também a Constituição Federal de 1988 que expressamente declarou depender a efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado da promoção de Educação Ambiental e conscientização pública a ser realizado pelo Poder Público. Sendo que em 1999 ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental o país contemplou o que foi preconizado na Declaração de Tbilisi em grande medida.

No tocante a função, objetivos e princípios diretores da Educação Ambiental, considerando que todas as pessoas deverão ter direito à Educação Ambiental, o documento reconheceu que uma das finalidades da Educação Ambiental é mediar a compreensão da interdependência dos aspectos econômicos, sociais, políticos e ecológicos; bem como que a Educação Ambiental tem como categoria de objetivos a participação, entendida como dever de proporcionar a possibilidade de participação ativa de indivíduos ou grupos na produção das ações e soluções aos problemas ambientais. Quando considerou que a conservação e melhoria do meio ambiente exigem adesão e a participação ativa da população, recomendou que os Estados elaborassem informações ambientais adequadas à participação. Veja-se a recomendação número 9 sobre a Educação Ambiental destinada ao público em geral:

Considerando a necessidade de que os programas de educação imprimam no público em geral a consciência de seu próprio ambiente e dos perigos que podem ameaçá-lo;

Compreendendo a importância da participação ativa do público em geral para resolver os problemas ambientais da sociedade contemporânea;

Convida o Diretor Geral da UNESCO a estabelecer modelos de programas de Educação Ambiental para o público em geral, a fim de proporcionar aos cidadãos conhecimentos e informações adequados, que lhe permitam participar da tomada de decisões relacionadas com seu ambiente; e

Recomenda aos Estados Membros que suas estratégias de Educação Ambiental compreendam a preparação de programas que proporcionem informação sobre as atividades atuais ou previstas, que possam causar um significativo impacto ambiental. Esses programas deverão destacar a importância da participação do público em geral e das organizações não-governamentais no correspondente processo de tomada de decisões. Os programas deverão apresentar soluções possíveis para os problemas em

questão e ter como objetivo o desenvolvimento de uma atitude responsável nos participantes (BRASIL, 1977).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento elaborado no Fórum Global das Organizações Não Governamentais, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro em 1992, proclamou princípios, propôs plano de ação, sistemas de controle, monitoramento e avaliação, dirigiu-se a grupos e estabeleceu recursos a ser destinados para a Educação Ambiental. O documento contém sessenta enunciados que se dividem nos itens acima referidos.

Em seu preâmbulo referiu que o conteúdo do Tratado assemelha-se à Educação Ambiental porque representa “um processo dinâmico em permanente construção”, por isso relaciona-se com a reflexão, diálogo e modificação permanentes. Afirma representar pessoas comprometidas com processos educativos transformadores, que reconhecem a Educação Ambiental como protagonista na formação de valores para ação social em defesa da proteção da vida no planeta Terra. Na sua introdução afirmou que o documento parte do respeito a todas as formas de vida e visa a transformação humana e social com vistas a produzir a preservação ecológica. Por meio do processo de aprendizagem permanente procura estimular a formação de “sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas”.

O texto do Tratado ao afirmar que é tarefa da Educação Ambiental facilitar a cooperação nos processos decisórios em todos os níveis, permite que se reflita sobre a relação, que o próprio documento faz, entre Educação Ambiental para realização de controle social pela participação nas decisões públicas sobre as políticas públicas ambientais. Note-se que os princípios afirmam ser dever da Educação Ambiental facilitar a cooperação social nos processos decisórios, bem como que a mesma deve estimular e potencializar o poder de controle social para ser utilizado de forma democrática, para que as comunidades possam influenciar nas decisões públicas que estarão submetidas. Assim por certo a sociedade civil (comunidade) terá mais chance de retomar a condução de seu próprio destino.

8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos (BRASIL, 1992).

Nesta esteira, outra tarefa dirigida à Educação Ambiental é de promover participação e controle social da política pública ambiental, denominado de cooperação pelo Tratado, por meio do diálogo entre a sociedade e seus indivíduos com as instituições, entre elas o Estado; como possibilidade de superar a crise socioambiental.

Como Plano de Ação o Tratado referiu a necessidade dos Estados participantes da Conferência de trabalharem os princípios deste Tratado a partir das realidades locais. Tal perspectiva foi atendida por este trabalho na medida em que confirmou a existência de possibilidade jurídica do indivíduo de receber informações ambientais do Estado, de posse delas poder participar da condução da política ambiental nacional, regional e local como colaborador e controlador da gestão pública. Dentro desta perspectiva a Educação Ambiental aparece como possibilidade mediadora para conscientização dos indivíduos e sociedade civil sobre a possibilidade de participação nos processos decisórios públicos e realização de controle social como forma de tentativa de transformação da realidade socioambiental.

Como possibilidade de transformação o Tratado refere a necessidade de produção de uma Educação Ambiental onde os envolvidos aprendam e ensinem mutuamente, valorizem o pensamento crítico e criativo, com vistas a formar um sujeito capaz de reconhecer seus deveres, direitos e responsabilidades em sentido amplo. A Educação Ambiental preconizada no Tratado envolve todos os tipos de saberes, considera a perspectiva holística, sistêmica e complexa como adequadas a compreender as relações que ocorrem na sociedade e no Planeta Terra, por isso rechaça a lógica linear, fragmentadora, disciplinar, dualista e redutora, própria da epistemologia cartesiana. Por conter e abarcar atos políticos e ideológicos a Educação Ambiental pode integrar valores ético-morais relacionados à solidariedade, igualdade e respeito com toda a forma de vida, pois tais valores parecem estar fragilizados neste momento e acabam por produzir uma parte da crise civilizatória com efeitos negativos sobre o equilíbrio ambiental do planeta.

Para que estes saberes não fiquem encerrados apenas na sociedade civil ou com os indivíduos é que o Tratado expressa a necessidade de colaboração entre sociedade civil e Estados e para tanto preconiza que as populações criem e constituam Conselhos populares de ação ecológica: “11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais” (BRASIL, 1992).

A Declaração de Thessaloniki, por sua vez, considerou os principais documentos internacionais que versaram sobre Educação Ambiental e afirmou que os mesmos além de

válidos não foram totalmente concretizados; dando a entender que a Educação Ambiental deveria concretizar aquilo que foi preconizado nas demais recomendações e planos e, neste sentido, pontuou o insuficiente progresso verificado após a Conferência do Rio em 1992. No tocante ao conceito de sustentabilidade assim se referiu:

O conceito de sustentabilidade não se restringe ao ambiente físico, mas também abrange as questões da pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz. Sustentabilidade é, enfim, um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados (BRASIL, 1997).

Reafirmou que o ideal de sustentabilidade depende de mudança comportamental, produção e consumo; sendo que atribuiu à Educação Ambiental a tarefa de realizar a conscientização pública para se atingir a sustentabilidade. A redução da pobreza foi reconhecida como um dos objetivos a serem alcançados para que, igualmente, se atinja a sustentabilidade. Nota-se que o documento diretamente relaciona a pobreza como uma das causas do problema ambiental e, por conseguinte, contribui para a percepção da existência do enfoque social atrelado ao ambiental.

Reafirmou também a necessidade de se concretizar a Educação Ambiental também como um processo coletivo de aprendizado, de serem realizadas nos Estados as parcerias e as participações paritárias com a população para ocorrência da colaboração da sociedade civil com o Estado por meio de um diálogo contínuo, veja-se:

8. Um processo coletivo de aprendizado, as parcerias, a participação paritária e o diálogo contínuo são requeridos entre os governos, autoridades locais, comunidade educacional e científica, empresas, consumidores, organizações não-governamentais, mídia e outros atores sociais, para que se atinja a conscientização e se busquem alternativas, bem como se atinja a mudança de comportamentos e estilo de vida, incluindo padrões de consumo e produção na direção da sustentabilidade (BRASIL, 1997).

Após as reafirmações, considerando o contexto de poucos avanços, recomendou que os governos dos Estados honrassem os compromissos assumidos nas declarações anteriores e que dessem à Educação Ambiental a importância e os meios necessários para que ela pudesse contribuir para a construção de um futuro sustentável. Reconheceu a importância dos Conselhos Ambientais, clamando para que os mesmos atribuíssem centralidade à educação, conscientização e treinamento público.

Esta Declaração deu especial atenção à Educação Ambiental para conscientização pública e destinada a todos, tendo inicialmente reafirmado que ela é um dos pilares da

sustentabilidade, que deverá receber lugar de destaque nos Ministérios, Conselhos e demais segmentos da sociedade civil; recebendo investimentos financeiros de instituições e governos, inclusive com a criação de fundos específicos para receberem recursos a serem destinados a projetos de interesse da conscientização pública. No tocante à produção de informações ambientais asseverou a necessidade de que se reinvestam esforços para sua ampliação, ou seja, a mensagem é de que a produção e acesso às informações devem ser alargados; tendo atribuído à comunidade científica a tarefa de assegurar a produção de informações ambientais sempre atualizadas pela produção científica. Este documento à semelhança do anterior, reconheceu que a mídia tem uma contribuição a dar na distribuição de informação para melhor entendimento do público em geral.

Em âmbito nacional a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795 de 25 de abril de 1999, trouxe importante contribuição à Educação Ambiental no Brasil porque afastou eventual existência de insegurança jurídica, esclareceu conceitos, definições, atribuições, princípios, objetivos, modalidades e formas de produção da Educação Ambiental. À semelhança dos documentos internacionais acima examinados, seu texto definiu Educação Ambiental como um processo essencial e permanente de construção do desenvolvimento humano para a conservação do meio ambiente.

Esta Lei impôs ao Poder Público a tarefa de ser promotor de Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino e fora deles, visando produzir colaboração da sociedade civil na proteção e defesa ambiental. Aos órgãos do SISNAMA em nível nacional, estadual e municipal, foi atribuída a tarefa de realizar ações educativas ambientais para melhoria do meio ambiente. À semelhança dos documentos acima referidos, também reconheceu a importância dos meios de comunicação de massa, asseverando seu dever de colaborar na difusão de informações ambientais. No tocante às demais instituições e sociedade civil preconizou que as mesmas devem capacitar pessoas para controlar o ambiente de trabalho e as repercussões ambientais decorrentes da operação de atividades potencialmente poluidoras; bem como especialmente propiciar que todos possam contribuir com a identificação e produção de soluções de problemas ambientais. Milaré salienta a relação da Educação Ambiental com o social e com a democracia participativa:

Notáveis são os princípios básicos da Educação Ambiental formulados no art 4º da Lei 9.795/1999. Evidencia-se o caráter social da Educação Ambiental que deve estar para o patrimônio da comunidade e para o desvelo com as gerações futuras. Acresça-se que os procedimentos democráticos e participativos são tônica da lei. Por outro lado, é enfatizada a visão holística do meio ambiente, a interdependência

crescente da geração ambiental com a qualidade e o destino dos elementos do meio natural com os fatores socioeconômicos, culturais, científicos e étnicos. Preconiza-se, em outros termos, uma verdade revolução pedagógica e didática, com fundamentos científicos e técnicos, a partir da inserção da pessoa nos processos naturais e sociais da vida sobre o planeta Terra. Por último, no diz respeito à conscientização pública, importa saber se a Educação Ambiental se faz para a comunidade ou com a comunidade. Parece óbvio, mas é preciso ressaltar que sendo o meio ambiente patrimônio universal de toda a humanidade, a educação para respeitá-lo e bem administrá-lo deve realizar-se com a participação democrática da população. A questão ambiental é altamente política e seu equacionamento exige a interferência de cada cidadão, no debate e nas decisões. Não se trata, portanto, se impor modelos aos cidadãos, como numa prática de cooptação da sociedade para que esta se adapte à vontade dos órgãos do Estado ou do poder econômico; cuida-se, isso sim, de conclamá-los à participação consciente no gerenciamento de questões que, individual e coletivamente lhe dizem respeito. Trata-se, conseqüentemente de um porque na vivência ensino-aprendizagem, adequadamente estruturado, a pessoa é sujeito e não objeto da ação educativa (MILARÉ, 2007, p.505).

Este diploma legal objetivou autorizar a democratização das informações ambientais para que o máximo de pessoas pudessem ter acesso a elas e, a partir disso, desenvolverem uma compreensão do meio ambiente de forma não isolada dos aspectos culturais, econômicos, políticos e outros, bem como uma consciência crítica da problemática socioambiental, capaz de perceber suas causas, efeitos e possibilidades de superação. Objetivou fortalecer o controle social da defesa ambiental, tanto que incentivou a participação permanente e responsável na preservação do meio ambiente. A estratégia nacional de Educação Ambiental brasileira visa envolver todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente, também as instituições educacionais que compõem o sistema de ensino, todos os órgãos Estatais da União, Estado e Municípios e a sociedade civil para que atue na realização de Educação Ambiental.

No âmbito do ensino formal a Educação Ambiental deverá estar integrada nos currículos da educação básica, superior, especial, profissional e de jovens e adultos, de maneira não disciplinar, ressalvada a possibilidade de criação da disciplina de Educação Ambiental específica na pós-graduação e extensão. Quanto à formação dos professores, estes devem ter incorporados na sua formação a dimensão ambiental para que compreendam que o meio ambiente é uma totalidade onde ocorrem inúmeras relações de ordem natural, social, econômica e cultural. Os professores em atividade devem receber formação complementar com o propósito possibilitar cumprimento de sua tarefa de relacionar os conteúdos ministrados em sala de aula com a problemática ambiental.

No âmbito da Educação Ambiental Não-Formal esta é entendida como ações e práticas realizadas fora do âmbito escolar com propósito de promover a sensibilização da população sobre a questão ambiental e, especialmente, sobre sua organização e participação na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que pode ser compreendido como controle social da questão ambiental:

Sob o aspecto não-formal, a Educação Ambiental refere-se aos processos e às ações de educação fora do ambiente escolar. É o que vem sendo chamado de educação permanente, muito incentivada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e a Ciência), como fator de desenvolvimento humano continuado. Essa modalidade de educação tem grande aplicabilidade na educação popular, contribuindo para aperfeiçoar a consciência dos problemas ambientais e para buscar soluções práticas para eles a partir de reflexões e debates dentro da própria comunidade em que o cidadão está inserido. A exigência de que a Educação Ambiental corresponda aos objetivos e às necessidades compele-a no sentido de uma atualização ou renovação constante, e bem assim a uma expansão de seu campo de ação e seus agentes (MILARÉ, 2007, p.503).

O Decreto nº. 4.281 de 25 de junho de 2002 regulamentou a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 e, na forma do disposto na Política Nacional de Educação Ambiental, criou o seu Órgão Gestor responsável por sua coordenação em nível nacional, sendo dirigido pelos ministros da Educação e do Meio Ambiente. Este órgão deve observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Educação, podendo consultar seu Comitê Assessor antes de proferir suas decisões.

Quanto à Educação Ambiental em diferentes níveis e modalidades de ensino, deve-se observar que ela deve ser integrada de modo transversal, contínuo e permanente; utilizando-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais que são indicações para a ação educativa no país, enquanto fruto do preconizado pela Lei 9.394/1996 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No tocante ao que pretende os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais enquanto referência para Educação Ambiental:

É importante compreender que a Base Nacional Comum não pode constituir uma camisa-de-força que tolha a capacidade dos sistemas, dos estabelecimentos de ensino e do educando de usufruírem da flexibilidade que a lei não só permite, como estimula. Essa flexibilidade deve ser assegurada, tanto na organização dos conteúdos mencionados em lei, quanto na metodologia a ser desenvolvida no processo de ensino-aprendizagem e na avaliação. As considerações gerais sobre a Lei indicam a necessidade de construir novas alternativas de organização curricular comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização econômica e, de outro, com o

sujeito ativo que se apropriar-se-á desses conhecimentos, aprimorando-se, como tal, no mundo do trabalho e na prática social. Ressalve-se que uma base curricular nacional organizada por áreas de conhecimento não implica a desconsideração ou o esvaziamento dos conteúdos, mas a seleção e integração dos que são válidos para o desenvolvimento pessoal e para o incremento da participação social. Essa concepção curricular não elimina o ensino de conteúdos específicos, mas considera que os mesmos devem fazer parte de um processo global com várias dimensões articuladas (BRASIL, 2000, p, 18).

O órgão pleno do Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação editaram a Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental para servirem de indicação perene à Educação Ambiental no Brasil. Em sua construção esta diretriz considerou que a Constituição Federal de 1988 determinou que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental no país em todos os níveis de ensino; que a Política Nacional de Meio Ambiente afirmou que a Educação Ambiental, como dever do Estado, deve objetivar a capacitação da população para a participação ativa na defesa do meio ambiente; que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional previu que na formação do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social e preparação para exercício da cidadania; que a Política Nacional de Educação Ambiental é componente essencial e permanente da educação nacional e que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica reconhecem a importância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Logo, percebe-se que as Diretrizes para a Educação Ambiental vieram calcadas num conjunto de ideias que reconhecem a importância e obrigatoriedade da realização de Educação Ambiental, pois o Estado deve promover Educação Ambiental em todos os níveis de ensino como forma de capacitar a população brasileira para participação ativa na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, haja vista que a pessoa desde sua formação básica deve ter a compreensão do ambiente natural e social. Quanto ao atributo ambiental da Educação, veja-se o que dispõe a Diretriz:

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental. O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a

redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social (BRASIL, 2012, grifos do original).

As Diretrizes servem como normativas aptas a orientar professores na prática da Educação Ambiental obrigatória em todos os níveis de ensino, a ser realizada de maneira articulada com todos os saberes, transversal, continuada, perene e crítica; ou seja, não é desejável uma Educação Ambiental simplificada e ingênua que reduza o ato educativo à transmissão de informações ecológicas sem relacionar e problematizar com o campo político, cultural, econômico, histórico e outros.

Art. 13. Com base no que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, são objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Art. 14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual (BRASIL, 2012).

Ao se examinar os objetivos da Educação Ambiental no texto do documento, observa-se que, respeitando cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino; deve ocorrer o incentivo para a participação individual e coletiva do educando. Por isso, a Educação Ambiental realizada nas instituições de ensino deve valorizar a participação e a cooperação na defesa do meio ambiente contra as formas de exploração da maneira mais ampla possível.

Considerações finais

O Brasil historicamente excluiu a maioria da população dos assuntos do Estado, sendo que a possibilidade de controle social sobre o Estado brasileiro por meio da participação da sociedade civil é algo recente. Foi somente com a democratização formal do país, iniciada na década de 80, que o controle social sobre o Estado por meio da participação da sociedade civil pôde ocorrer, sendo que hoje o país ostenta legislação que possibilita e prevê a possibilidade de participação ativa do cidadão e da comunidade.

Ao se examinar o artigo 1º da Constituição Federal observa-se que o poder do Estado brasileiro pertence ao seu povo, assim como ao se examinar o artigo 225 do mesmo diploma, percebe-se que é imposto ao Estado brasileiro, em igualdade com a coletividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desta forma afirma-se que a Constituição Federal de 1988 permite que no país ocorra o controle social das tarefas socioambientais do Estado pela coletividade, haja vista que o poder do Estado pertence ao seu povo e a ele, enquanto coletividade foi imposto o dever de defender e preservar o meio ambiente, inclusive participando e controlando as decisões do Estado.

Para que este controle social das tarefas socioambientais se realize a Lei 6938/1981 no seu artigo 2º, inciso X determinou que a estratégia nacional de defesa do meio ambiente se realizaria mediante desenvolvimento de Educação Ambiental objetivando capacitar o povo brasileiro, incluído poder público e sociedade civil, para participação ativa na defesa do meio ambiente. Nesta primeira aproximação já é possível compreender que há possibilidade de controle social dos atos socioambientais do Estado brasileiro pela participação da sociedade e que há relação entre controle social e Educação Ambiental.

O exame da lei da Política Nacional Ambiental e da Constituição Federal de 1988 aponta que o Estado brasileiro pretendeu socorrer-se no controle social e na participação do povo para conceber, implementar, operacionalizar, aprimorar e fiscalizar as políticas públicas ambientais. Para isso põe a salvo a concretização de mecanismos e procedimentos para informação e participação social, num ambiente de publicidade das informações necessárias a estas tarefas e para realização do controle social da política ambiental

Deste exame também é possível pensar que as pessoas singulares ou a sociedade civil organizada, ao serem convocadas pelo Estado por meio da Constituição Federal e da Lei a concretamente intervirem na gestão pública, acabam por formar um Estado mais participativo; sendo que mesmo historicamente comprometido em viabilizar os interesses das classes dominantes, acaba por incorporar, por meio das políticas públicas socioambientais, também alguns interesses das classes subalternas.

Pelo exame da Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental produzido em Tbilisi percebe-se que o documento afirmou que a conservação e defesa do meio ambiente exigem a participação ativa da população, recomendando que os Estados elaborassem informações para a participação de modo a ocorrer o controle social. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global estabeleceu que a Educação Ambiental deveria facilitar a cooperação e estimular o

poder das populações para que as mesmas, exercendo controle social do Estado, retomassem a condução de seus destinos.

Do mesmo modo ao se examinar a Declaração de Thessaloniki observa-se que o documento expressamente recomendou que os Estados realizassem Educação Ambiental para conscientização pública possibilitando a ocorrência do controle social do atos do Estado por meio da participação paritária entre Estado e coletividade. A Lei 9795/1999 que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental dispôs que a colaboração da sociedade civil na proteção e defesa do meio ambiente é fundamental, assim como mencionou a necessidade de fortalecimento do controle social da defesa ambiental por meio da participação permanente da comunidade.

Nota-se que Educação Ambiental preconizada na Política Nacional de Educação Ambiental e nas demais normas jurídicas brasileiras não é uma criação brasileira exclusiva, mas um saber produzido por múltiplos atores de âmbito internacional, por meio de processos dinâmicos e em permanente construção.

A partir do conteúdo dos documentos examinados, se pode afirmar que a Educação Ambiental engloba a conscientização pública, que por suas características, pode alcançar a todos indistintamente; tendo como escopo, também, mediar a compreensão de que os campos do político, social, econômico, e ecológico são interdependentes e não se reduzem ao saber das ciências biológicas. Desenvolvendo-se assim, os atos educativos podem fomentar maior participação do indivíduo e da coletividade, propiciando que as soluções aos problemas socioambientais sejam criadas pelas próprias comunidades onde eles ocorrem. Tal perspectiva permite relacionar a Educação Ambiental com o controle social dos atos dos Estados na medida em que incentiva que as comunidades criem suas soluções e levem-nas para formar as decisões públicas.

Os meios de comunicação de massa têm grande contribuição a dar, desde que não veiculem apenas informações no interesse do consumo, sendo que ao tornarem-se mais democratizados, podem difundir informações, valores, saberes relacionados à solidariedade social e respeito à natureza. Isso é possível por meio do desenvolvimento de programação comprometida em passar informações fidedignas e contextualizadas, voltadas à superação da crise socioambiental.

Nota-se que alguns documentos relacionam expressamente a pobreza e a miséria com os problemas ambientais, desse modo permite a compreensão de que os problemas ambientais não se resumem ao problema do desequilíbrio ecológico, porque têm forte

conteúdo social, tal perspectiva permite a compreensão de que a crise ambiental decorre de uma crise socioambiental.

Por fim, se pode afirmar que as ações de Educação Ambiental formal e não-formal no Brasil carecem ser aumentadas, sobretudo na formação de professores, haja vista que o Estado como promotor de Educação Ambiental tem muito a se desenvolver para que se atinja o ideal de formar cidadãos capacitados a compreender as causas múltiplas dos problemas socioambientais e aptos a realizar controle social das políticas públicas ambientais.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Disponível em Planalto: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 13 de agosto de 2016.
- _____. **Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental Produzido em Tbilisi**, Geórgia, Ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br>. Acessado em 20 de dezembro de 2016.
- _____. **Declaração da II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade**, Thessaloniki, Grécia, de 8 a 12 de dezembro de 1997. Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acessado em 20 de dezembro de 2016.
- _____. **Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002.** Disponível em Planalto: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 03 de janeiro de 2016.
- _____. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Disponível em Planalto: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 25 de agosto de 2016.
- _____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em Planalto: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 02 de dezembro de 2016.
- _____. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.** Disponível em Planalto: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 25 de julho de 2016.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio de 2000.** Disponível em Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em: 29 de setembro de 2016.
- _____. **Resolução CNE nº.002/2012.** Disponível em Ministério da Educação – MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 03 de janeiro de 2016.
- _____. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 23 de dezembro de 2016.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004. ISBN 85-249-1068-2.
- MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social: caminhos e descaminhos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.163. ISBN 978-85-397-0199.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. Editora: Revista dos Tribunais. 5ª Edição, 2007.

SILVA, Mateus Lopes. **Processo, decisão e política pública nos municípios**: o papel das teorias da decidibilidade e do processo no estabelecimento de parâmetros decisórios na área ambiental. Dissertação defendida na Universidade de Caxias do Sul no Programa de Pós-Graduação em Direito. Orientação Prof. Dr. Jeferson Dytz Marin. 2012. 153f.;30cm.

Submetido em: 31-07-2017.

Publicado em: 30-04-2018.